



RELATÓRIO FINAL

REUNIÃO ENTRE FILIADAS DA REDE ECPAT BRASIL

Brasília, 09 e 10 de maio de 2017



INTRODUÇÃO

A reunião da Rede ECPAT Brasil aconteceu em Brasília nos dias 09 e 10 de maio de 2017, na oportunidade de uma agenda mais ampla realizada em conjunto com o Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, denominada Semana de Mobilização pelo Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. A opção por uma semana de atividades foi feita por representar um marco na agenda de mobilização do Dia 18 de maio – Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual; otimizar recursos técnicos e financeiros de ambas as redes e garantir um marco político protagonizado pela sociedade civil com representantes de todo o país. A agenda da reunião foi:

Dia 09 de maio	
09:00	- Apresentação DtZ – PLAN, CEDECA e ECPAT - Debate
11:00	Grupo de trabalho – Elaboração de indicativos para ações da ECPAT Brasil para o próximo período do DtZ
12:30	Almoço
14:00	Apresentação dos grupos / discussão
15:30	Grupo focal para a elaboração do informe de monitoramento das políticas públicas de enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes.
Dia 10 de maio	
09:00 – 10:30	- Revisitação do planejamento da ECPAT Brasil - Trabalho em grupos por eixos - Apresentação dos grupos
11:00	Informes da Coordenação Colegiada
12:30	Almoço
14:00 – 16:0 e 0	Lançamento Nacional DTZ
16:00 – 19:00	Mesa de análise de conjuntura – Início da Assembleia do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

Objetivos da reunião

- Nivelar o conhecimento sobre a aliança e o projeto DtZ entre todas as entidades filiadas à Rede ECPAT Brasil;
- Elaborar indicativos de atividades para o próximo plano de trabalho anual do projeto DtZ;
- Realizar grupo focal para o Monitoramento das políticas públicas;



- Revisitar o planejamento da Rede ECPAT Brasil;
- Atualizar os informes entre a Coordenação Colegiada e as filiadas.

Ponto 01 – Apresentação – Aliança DtZ, Projetos e Ações ligadas ao projeto

Este momento foi distribuído com diferentes falas sobre aspectos da Aliança, dos projetos e ações ligados ao projeto DtZ.

Lídia Rodrigues – ECPAT Brasil – A Aliança Global e a história até a implementação da Aliança Nacional DtZ

Situou quanto à importância de um resgate histórico do processo, explicando que a Aliança DtZ iniciou com a apresentação de um projeto em consórcio entre PLAN Holanda, ECPAT Holanda, Free a Girl, TDH Holanda e ICO para o Ministério de relações exteriores Holandês. Esse projeto atua em 12 países e é baseado na Teoria da Mudança, uma metodologia de planejamento, monitoramento e avaliação.

A intenção da Aliança Nacional, é que nos países onde o DtZ será implementado haja uma sincronia entre os parceiros locais em correspondência com a Aliança global. O projeto tem o foco na exploração sexual, na intencionalidade de atuar mais fortemente na dimensão das viagens e turismo, atuando com quatro eixos: 1) a criança e adolescentes, 2) a comunidade, 3) os governos e 4) o setor privado. Dentro da Aliança a liderança dos eixos é dividida a partir da expertise de cada ator envolvido. Nesta divisão, a ECPAT Brasil ficou responsável pela articulação com governo e setor privado, e a PLAN responsabilizou-se pela articulação com crianças, adolescentes e comunidades. O trabalho da ECPAT Brasil acontece em nível nacional e a atuação com crianças, adolescentes e comunidades se realiza em Salvador e na Região Metropolitana. O CEDECA Bahia é o parceiro local da PLAN na execução de suas ações com crianças, adolescentes, famílias e comunidades, e também tem um projeto específico com ECPAT Holanda para ações de incidência política local.

Houve um encontro na República Dominicana onde essas organizações: ECPAT Brasil, PLAN Brasil e CEDECA Bahia desenharam o modelo de intervenção contendo a nossa perspectiva, o cenário e quais são as atividades a serem realizadas. Como trabalhamos no marco da teoria da mudança, no período de execução do projeto podemos revisar e redefinir as atividades e isso



será feito no encontro à tarde. Foi estabelecido um Comitê Gestor Nacional que reúne periodicamente para organização dos temas e ações referentes à Aliança Nacional Dtz e o diálogo com a Aliança Global.

Flávio Debique – PLAN Brasil – Teoria da Mudança e ações do projeto com a PLAN Brasil

Apresentou o quadro da teoria da mudança, para demonstrar a lógica da intervenção e a alteração no marco lógico para essa teoria. Informou que não se trata apenas de uma mudança metodológica, mas, é uma mudança que avançou na perspectiva do que é a realidade e da complexidade das questões sociais, pois a teoria da mudança parte da complexidade das questões e de que o mundo está em constante mudança, então, aquilo que se projeta pode dar certo ou não e o não alcance de alguns resultados dentro da perspectiva da teoria da mudança não é um fracasso. Na teoria da mudança você pode alcançar resultados muito rápidos e com menos recursos, porque houve uma mudança no contexto que facilitou ou o contrário isso faz com que aquilo, que se planejou tenha que ser revisto, e a teoria da mudança permite isso.

Os parceiros no Brasil se distribuíram nos quatro eixos e em alguns deles se encontram, ou seja, realizam atividades juntos e dividem as tarefas, como por exemplo: a PLAN Brasil tem o trabalho de prevenção, de exploração sexual de crianças em risco ou vítimas já de exploração sexual de base comunitária. O resultado que gostaríamos de alcançar até 2020 é: crianças em risco ou vítimas de exploração sexual, famílias e comunidades empoderadas como agente de mudanças e capacitadas para se proteger da vitimização da exploração sexual. As ações vão acontecer em Salvador e Região Metropolitana, nos municípios de Mata de São João e Itaparica. Estas são comunidades que a gente identificou como comunidades de risco, de exploração sexual de crianças, tanto por que acontece nessas comunidades, mas também, porque crianças e adolescentes que passaram por atendimento ou que foram encontradas em outras áreas de grande fluxo turístico veem dessas comunidades. As atividades são muito focadas na mobilização de crianças e adolescentes para que elas possam receber capacitações, formações, participar de processos educação de pares, que esses grupos de adolescentes e jovens mobilizadores possam fazer atividades com outros adolescentes.

Do ponto de vista das comunidades está prevista a criação de espaços seguros, que as comunidades possam desenvolver ações para que as crianças reconheçam nas suas



comunidades o perigo, mas também, que as comunidades tenham conhecimento sobre os riscos de exploração sexual, e devam tomar medidas para que os espaços sejam seguros. Outro componente que entra no eixo de fortalecimento comunitário é o fortalecimento das capacidades econômicas das famílias, de adolescentes e jovens no ponto de vista de empregabilidade, empreendedorismo e capacitação. Isso se conecta com outra atividade que a PLAN já realiza em Salvador que é um projeto de empoderamento econômico de jovens, é um projeto financiado pela União Europeia em parceria com os Salesianos.

No eixo governo a PLAN tem algumas iniciativas, como o fortalecimento das capacidades dos tomadores de decisão e dos serviços para melhorar o atendimento e também contar com base de dados mais atualizada e segura sobre o que está acontecendo com as questões relacionadas à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Esse é um panorama das ações previstas para os próximos três anos.

Luciana Reis – CEDECA Bahia – Ações em parceria com o CEDECA Bahia

Acrescentou às falas dos que a antecederam que, na América Latina a liderança da Aliança é exercida pela PLAN, e que no começo tivemos alguns entraves pelo pouco entendimento do funcionamento do ECPAT Brasil como Rede de organizações. O projeto tem dois níveis de atuação, sendo um nacional e o outro local em cinco municípios do estado da Bahia, Salvador, Camaçari e Itaparica que compreende dois municípios. No projeto do ECPAT Brasil a incidência política se dá em território nacional. O CEDECA Bahia entra como parceiro por ser membro da Rede ECPAT Brasil, desenvolvendo algumas ações de atendimento como prestadores de serviço para a PLAN, oferecendo atendimento jurídico a casos de violências sexuais, fazendo o acompanhamento e oferecendo sessão de atendimento psicossocial para crianças e adolescentes vítimas da violência sexual e para as famílias através de psicoterapia individual. Há ainda um projeto menor com ECPAT Holanda para incidência local, que está voltado para o fortalecimento do Comitê de Enfrentamento à Violência Sexual na Bahia onde trabalham diretamente com os eixos governo e setor privado, com o objetivo de implantar as ações de Termo de Compromisso. Em 2016, foi trabalhada a construção coletiva desse documento e para 2017 a ação continua juntamente com o fortalecimento do Comitê. Agora, baseado na coleta dos resultados de 2016 e 2017, tem que rerepresentar o Plano de Trabalho para 2018, e isso segue até 2020.



Joacy Pinheiro – ECPAT Brasil – Ações do projeto com ECPAT Brasil

Iniciou sua fala informando que as ações da Rede ECPAT Brasil estão situadas na incidência política nacional e na mobilização. Uma das primeiras atividades previstas no projeto era a realização de um encontro das experiências do Código de Conduta que antecedeu esta reunião, acontecendo no dia 08 de maio. O tema da exploração sexual no contexto do turismo é um tema muito caro para ECPAT, por isso é um dos temas centrais no projeto. Também está previsto no projeto a atualização do Informe de monitoramento, com análise das políticas, dos serviços e análise de conjuntura e levantamento de dados. A ideia é que depois de finalizado o relatório, a Rede possa fazer um compilado dos principais resultados e fazer um diálogo com o governo federal. Porém essa é uma ação que é constante. O diálogo entre ECPAT Brasil e o governo federal se intensificou muito ultimamente e temos conseguido uma boa interlocução. Realizamos algumas reuniões com a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança da Secretaria dos Direitos Humanos apresentando as ações da Rede ECPAT Brasil e as nossas pautas. Estamos construindo um estreito diálogo com Solange Xavier que é a nova Coordenadora da área de Enfrentamento à Violência Sexual. Conseguimos também mobilizar o Ministério do Turismo para a Oficina sobre o Código de Conduta do Turismo.

Levi Nunes – Consultor ECPAT Brasil – Informe sobre a Matriz de monitoramento

Explicou que em 2014 houve a construção de um relatório de monitoramento. Naquele momento a Rede ECPAT Internacional estava liderando um processo de construção de monitoramento em nível mundial¹. Na América Latina houve um fomento especial para doze países, incluindo o Brasil. Trata-se de um relatório bastante extenso que abrange o cenário brasileiro com várias perspectivas em relação à exploração sexual comercial contra crianças e adolescentes. A proposta é atualizar esse documento, e há uma forte intenção de demarcar como está sendo realizado o atendimento pelo Estado no que se refere às várias modalidades de ESCA, seja, no tráfico de pessoas para fins sexuais e turismo para fins sexuais, seja na pornografia, e na violência sexual no âmbito das novas tecnologias. O relatório pretende apresentar dados sobre essas modalidades. Outro aspecto diz respeito a como essas modalidades se dimensionam dentro do cenário Brasileiro, nas zonas turísticas, de obras e nas fronteiras. Queremos com isso perceber como o Estado brasileiro esta tratando a violência e como essa violência esta se dimensionando nessas múltiplas características. A nossa principal

¹ Desde o II Congresso Mundial em Yokohama, ECPAT Internacional já construiu mais de 150 relatórios de análise das políticas públicas no mundo.



fonte há de ser os dados do próprio Estado. Enfim, nós temos a intenção de que o relatório esteja pautado a partir dos dados oficiais². A segunda perspectiva do relatório é uma discussão qualitativa com os parceiros que fazem o atendimento. A outra atividade é uma matriz de monitoramento desses dados. A proposta é criarmos um instrumental para captação e coletas de dados que possa auxiliar no monitoramento para que nos próximos anos seja mais fácil alimentar com os dados coletados e visualizar, gerando um monitoramento quase automático.

DEBATE

Como não foi possível identificar todos os participantes do debate, no processo de sistematização, optamos por elencar sinteticamente as contribuições, ou seja, as perguntas e as respostas.

- Foi sinalizado que para o projeto anterior não foi possível estabelecer um diálogo mais estreito sobre que ações iriam ser desenvolvidas, mas que o momento agora deve ser para isso, considerando as limitações de recursos do projeto e que uma questão é a relação com o setor privado;
- Foi identificado que o projeto em execução foi construído a partir de diagnóstico da Coordenação Colegiada que identificou as necessidades sinalizadas em momentos coletivos (assembleias, formações e planejamentos) sintonizando as atividades com as linhas de interesse do parceiro;
- Foi reiterada a importância das organizações filiadas a Rede ECPAT Brasil terem expertise e foco nas ações de enfrentamento à exploração sexual;
- Foi reafirmada a importância do ECPAT continuar participando das Assembleias do CONANDA e fortalecendo o Conselho;
- Foi sinalizada a necessidade de pensar melhor os processos de governança da Rede ECPAT Brasil, pensando competências e níveis de decisão para a coordenação colegiada, filiadas e equipe técnica;
- Foi reiterada a importância de quando forem pensadas as atividades para o próximo período do projeto, considerar que é um projeto em curso e até 2020 estão que as próximas ações, devem de algum modo dialogar com o que vem acontecendo em uma perspectiva de continuidade e progressividade;

² Coordenação Nacional do CREAS, Disque 100, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Federal.
Av. General Justo, 275 Bloco B Sala 218 - Centro - CEP:20021-130 - Rio de Janeiro/RJ
Tel: (55 21) 2220-3217 | email: ecpat@ecpatbrasil.org.br
www.ecpatbrasil.org.br | CNPJ: 19.217.113/0001-71



- Foi levantada a necessidade de pensar a relação de parceria e alianças da Rede ECPAT Brasil, e definir como iremos daqui para frente nos relacionar com o Governo Federal, uma vez que é muito difícil pensar em uma ação envolvendo o Código de Conduta sem esse diálogo. É preciso pensar ainda quais são as estratégias e os objetivos dessa relação com o governo. Nesse ponto, houve um questionamento sobre como se relacionar com o governo no contexto de golpe e o que isso significa para a Rede ECPAT Brasil. Ainda sobre este questionamento, foi levantado que é possível se relacionar e estabelecer parcerias com autonomia e criticidade se houver clareza de quais os pontos de encontro e conexão possíveis;
- Houve uma intervenção sobre a elaboração do Informe de Monitoramento, que pela apresentação feita pelo consultor, a dimensão de trabalho parece muito grande para o pouco tempo disponível. O consultor respondeu que a coleta de dados oficiais tem cinco parceiros: Ministério da Saúde, Disque 100, MDS, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal, e que já está em um momento avançado do projeto;
- Outro questionamento reafirmou a importância de mapear o atendimento a vítimas e do papel da Rede ECPAT Brasil nesse monitoramento, e que se relacione com o governo desde uma perspectiva crítica;
- Foi levantada a importância de discutirmos o que é aliança e o que é parceria, o esvaziamento das organizações não governamentais no contexto brasileiro nos últimos anos, se queremos ser uma instituição de referência sobre exploração sexual em correspondência com ECPAT Internacional, que é uma instituição de referência com assento nas Nações Unidas, mas que para isso precisamos desses momentos de informações e reflexões e formações;

Encaminhamento sobre o ponto 1:

Marcar um webinar em parceria com a PLAN Brasil direcionado para as filiadas do ECPAT sobre a Teoria da Mudança.

Ponto 02 - Trabalhos em grupos para definição das atividades do próximo período do projeto

O grande grupo foi dividido em dois, conforme os eixos que a Rede ECPAT Brasil é diretamente responsável no DtZ, sendo que cada grupo deveria levantar propostas de atividades. Após os grupos apresentarem suas propostas, a plenária teve a oportunidade de debater e acrescentar



novas propostas (como os áudios estavam apresentando inconsistências, optamos por elencar o geral das propostas elaboradas pelos grupos e também inseridas no processo de debate)

Grupo 1 – Governo

- Continuar com a participação da Rede ECPAT na Comissão Intersectorial de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes;
- Ampliar o diálogo com o Ministério do Turismo;
- Iniciar articulação com organismos internacionais para internacionalização de denúncias;
- Retomar as ações das redes nacionais, articulando um evento para a coalizão com duas atividades específicas, sendo uma sobre exploração sexual e a outra sobre incidência política junto ao governo federal, contando com participação de todas as entidades filiadas.

Grupo 2 – Setor Privado

- Ser ECPAT Brasil a referência na Implementação do The Code;
- Realizar um evento com apresentação da experiência da Casa Renascer e ECPAT Colômbia com o The Code, sendo o primeiro momento um workshop, para rede entender como é a implementação do The Code para a sociedade civil, e posteriormente, em outro momento aberto para as organizações do setor privado;
- Promover a articulação com o Ministério do Turismo, bem como com as grandes associações da indústria hoteleira de bares e restaurantes;
- Criar e disseminar produtos que possam agregar valor a colaboradores/parceiros para obtenção de um mecanismo mobilizador para empresários ao enfrentamento da ESCA. Esta foi uma proposta para o próximo período do projeto 2019-2010.
- Foi reiterado que esses eventos aconteçam concomitantes com a Assembleia Geral da ECPAT Brasil, porque temos que captar recursos e não sabemos ainda se vamos conseguir aprovar um projeto no edital do CONANDA, último projeto apresentado.

Não houve encaminhamento no ponto 2, além das propostas apresentadas.



Ponto 03 - Revisitação do Planejamento da Rede ECPAT Brasil

Foi lembrado que a Rede ECPAT Brasil havia feito um planejamento por eixos, e que na última assembleia, esse planejamento havia sido revisitado e reformulado e que as filiadas apresentaram suas ações distribuídas entre esses eixos. O que havia sido pensado é que pelos eixos as organizações implicadas seriam responsáveis pela execução das atividades previstas. A proposta para esse momento foi olhar para o planejamento, avaliar o que aconteceu e o que não aconteceu porque, se aquelas ações ainda fazem sentido e o que precisa ser feito para que efetivamente os eixos funcionem. Para isso foram dispostos os nomes dos eixos na sala e solicitado que os participantes fossem para onde os eixos em que suas organizações estavam participando. Como a maior parte dos participantes não recordava em que eixo estava inserida sua Instituição, foram lidos os eixos e as referidas organizações que o compunham, sendo:

Eixo 1 – Produção e Disseminação de Conhecimento: ABTH (ausente), CEDECA-RJ e IBEPIS. Presente a representante da ONG Pro Mundo que está apresentando a candidatura de sua organização para a Rede ECPAT Brasil.

Eixo 2 – Gestão e Fortalecimento da Rede: Associação Barraca da Amizade, Centro da Mulher 8 de março, CECRIA e Casa de Passagem.

Eixo 3 – Comunicação e Mobilização em articulação: CIAF, IACAS, ASA, ABTH, CEDECA Emaús e CENDHEC.

Eixo 4 – Participação juvenil: Associação Barraca da Amizade e Oficina de Imagens.

Como havia organizações que não se situavam em nenhum eixo e que a maioria não lembrava em que eixo tinha sido inserida, conforme o planejamento realizado em 2016, a metodologia foi alterada e os participantes escolheram livremente a participação em eixo.

Relato do GT do Eixo 1

Produção e Disseminação de Conhecimento

Participantes: Norma Sá (Instituto Pro Mundo/RJ), Adriana Duarte Araújo (Coletivo Mulher Vida/PE), Maria America Diniz Reis (CEDECA RJ) e Mayara Gurgel Guerra (IBEPIS/RN).



Objetivo do eixo: Produzir, sistematizar, catalogar e disseminar conhecimentos de pesquisas e produções relativos a violência sexual, das filiadas da rede ECPAT Brasil bem como ECPAT internacional priorizando a ESC. ,	
Atividades	Prazo/Período
1. Criar um GT que vai se reunir virtualmente.	Trimestral
2. Produzir pesquisas pela Rede ECPAT Brasil: 2.1. Levantamento de pesquisas realizadas pelas filiadas da Rede ECPAT Brasil 2016 e 2018; 2.2. Promoção e apropriação por parte das filiadas de conteúdos técnicos produzidos sobre ESCA e garantia de disseminação.	
3. Sistematizar e disseminar a historia da Rede ECPAT Brasil, a partir das histórias de vida, com realização de entrevista com os participantes, revisão do panorama nacional e internacional no contexto atual, analisar os Congressos, a Carta do Rio, assinatura das empresas, o avanços estimulados pela ECPAT em relação com o feminismo.	18 de maio de 2018.

Ressalta-se que o objetivo 3 do planejamento anterior não era desse eixo e sim da comunicação. Os objetivos 4 e o 5 do planejamento anterior, o grupo também compreendeu que já está contemplado no eixo da Participação juvenil.

Relato do GT do Eixo 2

Gestão e Fortalecimento da Rede

Participantes: Larina Leite de Lacerda (CM8M), Cristina (Casa de Passagem), Amanda Ferreira (IACAS) e José Ricardo Oliveira (CENDHEC)

Reflexões iniciais desse Grupo:

1. A discussão dos conteúdos do planejamento foi da assembleia passada e em uma reunião. Os participantes entenderam que o papel do grupo seria contribuir com a discussão. Vai ter uma assembleia ano que vem e a gente não pode perder essa dimensão.
2. A partir da coleta de contribuições nesse momento aqui, o grupo supõe que a coordenação com a equipe, possa organizar isso dentro de um quadro operativo pra que a reflexão na assembleia avance mais.
3. O grupo fez uma reflexão que algumas questões que estavam postas no planejamento de 2016 partiram de uma conjuntura que hoje não se reflete.

Atividades	Prazo/Período
Elaborar pela coordenação um plano estratégico de ações. Reflexão: O grupo avaliou que para a coordenação colegiada apresentar esse plano	O grupo não indicou prazo.



estratégico ela teria que ter o planejamento da rede e identificar a sua competência no plano global.	
Fortalecer a Rede ECPAT enquanto ONG. Reflexão: O grupo avaliou que foi contemplado e que isso tendo continuidade.	Permanente
Participar da agenda de convergência para as grandes obras.	Permanente
Buscar recursos para ações de rede a nível nacional e internacional.	Permanente
Manter a sustentabilidade da Rede ECPAT.	Permanente
Criar um Regimento Interno Reflexão: O regimento já tem uma proposta, a ideia que saiu no grupo é que seja enviado para as filiadas para que elas façam uma discussão institucional e cheguem na assembleia já com a reflexão.	Julho 2018
Recadastrar as filiadas. Reflexão: Tivemos algumas dificuldades, mas essa atividade tem que ser retomado, porque hoje tem um panorama de instituições que não estão dando respostas.	O grupo não indicou prazo.
Estabelecer instâncias formativas internas para reflexão e debate político estratégico.	Permanente
Definir anuidade para as filiadas (proposta a ser discutida na Assembleia)	Julho 2018
Ampliar as filiadas, a fim de que haja uma presença da Rede ECPAT em todos os estados. Reflexão: Isso é uma proposta que foi da última assembleia, mas que já está sendo revista no próprio encontro que nós tivemos, pois o que nós queremos é uma rede fortalecida e empoderada no tema da exploração sexual, e não uma rede inchada.	O grupo não indicou prazo.

Relato do GT do Eixo 3

Comunicação e Mobilização em Articulação

Participantes: CIAF (Wilson Lins de Oliveira), Centro das Mulheres do Cabo (Hyldiane Pereira Lima), Asa Casa de Zabelê (Suely Coelho), Joacy Pinheiro (Equipe Técnica do ECPAT), CEDECA Emaús (Sérgia Barreira Travassos) e Cinthia Sarinho (Rede de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes em Pernambuco).

Atividades	Prazo/Período
Fortalecimento da comunicação interna e externa; Reflexão: Realizada, mas que precisa ser fortalecida	Permanente



Alimentação da comunicação nesses espaços, do site, do facebook; Reflexão: Divulgação das filiadas dentro dos espaços que ECPAT Brasil está inserido, para dar visibilidade as entidades integrantes da Rede ECPAT, contar um pouco da história de cada filiada, assim fortalecendo tanto a Rede ECPAT quanto as filiadas.	Permanente
Campanha do dia 18 de maio; Reflexão: Ação permanente, pois não é uma responsabilidade só do GT	Permanente
Acompanhamento/monitoramento dos planos nacional e estaduais; Reflexão: Ação está em andamento, mas que precisa ser fortalecida.	Permanente
Fortalecimento das ações de incidência política nos estados junto às filiadas;	Permanente
Definição de estratégias de articulação, diálogo com os órgãos e entidades que desenvolvem as políticas da infância; Reflexão: Está em andamento, mas precisa ser fortalecida porque localmente as organizações vêm fazendo essa incidência, porém precisa ser fortalecida no âmbito nacional, e no mesmo território junto com a ECPAT.	Permanente

Encaminhamento do Grupo 3: Priorizar apresentar um plano de comunicação.

Relato do GT do Eixo 4

Participação Juvenil

Participantes: Rodrigo Corrêa de Oliveira (Oficina de Imagem); Lídia Rodrigues (ABA); Sayonara de Medeiros Dias (CEDECA Casa Renascer)

Objetivo do eixo: Garantir que as vozes de adolescentes e jovens brasileiros sejam presentes e consideradas no processo de enfrentamento à ESCA.	
Atividades	Prazo/Período
1. Formar de novas lideranças juvenis e multiplicação de informações;	O grupo compreendeu que essas atividades estão periodicamente sendo realizadas pela Campanha ANA.
2. Fortalecer a campanha ANA procurando estratégias para envolver um quantitativo maior de adolescentes sensibilizados com a campanha;	
3. Garantir uma representação juvenil participante da campanha ANA nas reuniões do ECPAT;	
4. Potencializar tecnologias de autoproteção desenvolvidas pelas filiadas;	
4. Fortalecer e possibilitar encontros de crianças, adolescentes e jovens ativistas para debater o tema;	
5. Levantar a historia da participação juvenil no enfrentamento à	

Av. General Justo, 275 Bloco B Sala 218 - Centro - CEP:20021-130 - Rio de Janeiro/RJ

Tel: (55 21) 2220-3217 | email: ecpat@ecpatbrasil.org.br

www.ecpatbrasil.org.br | CNPJ: 19.217.113/0001-71



violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil;	
6. Levantar as experiências desenvolvidas pelas intuições filiadas, no tocante a participação juvenil e o enfrentamento à violência sexual.	

Ponto 04 - Informes da Coordenação

Como a programação estava atrasada e às 14h o auditório seria utilizado para o lançamento do Projeto DtZ, a pauta dos informes foi reduzida para o informe do projeto: Fortalecimento de Rede Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes para atuação em Cabo Verde, em parceria com ECPAT Luxemburgo e financiado pelo Ministério de relações exteriores de Luxemburgo.

Lídia Rodrigues da Coordenação Colegiada da ECPAT Brasil apresentou todo o processo histórico: ECPAT Brasil foi contatada pela ECPAT Luxemburgo sobre uma demanda que havia recebido para formação de profissionais que atuam com enfrentamento à violência sexual na Ilha de Santo Antão em Cabo Verde. Primeiramente fomos questionadas se conhecíamos organizações locais com especialidade no tema, e não tendo indicação, se poderíamos enquanto Rede ECPAT Brasil organizar uma formação em Cabo Verde. Aceitamos a proposta e começamos a dialogar com uma profissional local para montar uma proposta de formação. As demandas apresentadas por ela e a proposta que ela nos fez era muito semelhante com uma formação recém-sistematizada que ECPAT Brasil tinha feito – a formação da campanha ANA. Apresentamos a proposta de formação e sendo compatível com o que esperavam procuramos os facilitadores que já conheciam a metodologia de 2016. Assim foi facilitada a realização da formação em Santo Antão. Semanas antes da formação, a ECPAT Luxemburgo entrou em contato e propôs aproveitar a viagem e fazer articulações para entender melhor como é que funciona e quais são as possibilidades de uma ação mais programada posteriormente lá. Foram mais quatro dias para essas reuniões: com as Nações Unidas, Plataforma das ONGs, ICCA e outras organizações da Cidade da Praia (capital do país) em Cabo Verde. Estas organizações demandaram formações. Dessas reuniões ficou encaminhada a necessidade de outras formações. Porém ECPAT Luxemburgo não disponibilizava recursos, haja vista que a formação de Santo Antão havia sido realizada com recursos próprios. Depois a Hannah, representante do ECPAT Luxemburgo, teve uma conversa conosco e falou sobre a possibilidade de incluir em um projeto mais amplo com o Ministério de relações exteriores, ações para serem executadas em 2017 e 2018, em Cabo Verde. Daí ela propôs atender a



demanda da plataforma das ONGs de uma nova formação, e que no final desta formação fosse construído o marco lógico para ela incluir nesse projeto. No final de junho do ano passado, fomos novamente para Cabo Verde facilitar essa formação e construir esse marco lógico. Construído o marco lógico fizemos uma reunião operacional entre ECPAT Brasil, ECPAT Luxemburgo e a ACRIDES, ONG local que foi indicada pela rede para executar esse projeto, caso aprovado. Nesse momento ECPAT Luxemburgo propôs à ECPAT Brasil responsabilizar-se pela assessoria técnica e monitoramento do projeto. Discutimos ao nível da Coordenação Colegiada da Rede ECPAT Brasil e consideramos nossa participação no projeto como positiva. Construímos o marco lógico do projeto e ficamos responsáveis por algumas atividades. São elas: 1) A realização de quatro formações, que vão ser feitas em duas viagens. Cada formação tem a duração de seis dias, então serão viagens de pelo menos 15 dias, com representantes da sociedade civil de todas as ilhas de Cabo Verde; 2) A assessoria técnica da Rede nacional de enfrentamento ao abuso e exploração sexual; 3) A elaboração de uma pesquisa nas ilhas de Sal e Boa Vista, que são as ilhas mais turísticas, sobre a questão do turismo sexual e 4) A construção de um fluxo de atendimento à vítimas de exploração sexual. Além disso, ficamos responsáveis pelo monitoramento do projeto. ACRIDES que é a organização local ficou responsável pela realização de uma campanha nacional de enfrentamento à violência sexual e pela articulação e mobilização local, das atividades que ECPAT Brasil vai fazer e pela articulação da Rede nacional, de movimentar e animar essa Rede nacional. ECPAT Luxemburgo ficou responsável pelo monitoramento financeiro da execução dessa tarefa.

Definido o marco lógico, em novembro de 2016, fizemos a apresentação para as filiadas que estavam no Encontro da Formação da Campanha ANA. Naquele momento houve um entendimento da Coordenação Colegiada que as filiadas tinham concordado e encaminhamos o projeto que foi aprovado. Começamos os processos administrativos e assinamos contratos. Teve um atraso muito grande entre a aprovação e a assinatura do contrato, pois embora formalmente ele tenha começado em 1º de janeiro de 2017, o recurso ainda não havia entrado em meados de maio. Para o preenchimento das funções foi lançado um edital simples com indicações requeridas disponíveis no projeto e o lançamos no e-mail da Rede ECPAT Brasil com a definição dos critérios, sendo que a prioridade era para as pessoas e representantes das instituições na Rede ECPAT Brasil.

A ideia era que integrantes da Rede ECPAT Brasil participasse. Então lançamos o edital, algumas organizações e pessoas se candidataram; outras organizações indicaram e profissionais que trabalham nas organizações se candidataram, assim como houve cargos que



ninguém se candidatou, e aí se candidataram pessoas que não fazem parte da rede. Na coordenação foram estabelecidos critérios definidos para seleção ou excluir uma candidatura. Nesse momento está sendo preparada a 1ª missão para facilitar as duas primeiras formações de 29 de maio até dia 10 de junho.

Questionamentos:

Foi levantado um questionamento a cerca da legitimidade do momento já que a Rede ECPAT estava reunida para um processo de formação e não em uma reunião deliberativa da Rede, conforme está previsto no seu regimento; a chamada foi para uma formação, a entidade filiada fica a disposição para enviar um técnico direcionado para esse objetivo que é diferente de uma representação no momento de deliberação. Dessa forma compromete o processo sobre o poder de decisão de algumas propostas. Principalmente quando são colocadas em nível de informe, sem um momento de aprofundamento. Também foi trazida a reflexão da preocupação de possíveis desdobramentos para o ECPAT Brasil em assumir essa parceria, e os impactos que isso pode trazer para a Rede no Brasil; O que isso pode trazer?; O quê seria relevante nesse processo?; Que a proposta é mais relevante para uma instituição filiada a Rede do que para a própria Rede ECPAT; Se este investimento em Cabo Verde vai de alguma forma comprometer nossos investimentos aqui no Brasil; Se não vai haver sobrecarga para a Coordenação Colegiada da Rede ECPAT; Se esse investimento vai implicar em alguma ação que seria prioridade da ECPAT no Brasil; É preciso avaliar estrategicamente se será muito significativo para a Rede; Algumas questões a Coordenação Colegiada não compartilhou nesta etapa de construção, mas que para as próximas cabe uma reflexão, e um momento com as filiadas para que haja uma discussão e que aponte na perspectiva de contribuir na própria deliberação da Coordenação, para que as discussões sejam para além dos informes, que seja algo mais aprofundado; Que internamente em uma instituição filiada, foi avaliada de forma não muito interessante o processo como o aconteceu; Que a comunicação com as filiadas sobre a ação foi muita ampla. Porém não puderam participar da construção, da reflexão e contribuir de alguma forma mais efetiva.

Em resposta aos questionamentos levantados, Lídia Rodrigues responde: A Coordenação Colegiada precisa estabelecer fluxos de processos decisórios; que é preciso que seja feita uma reflexão mais politizada ponto de vista da legitimidade, que é uma estratégia historicamente assumida e que talvez nesse momento seja possível rever Mas essa prática de se reunir otimizando momentos de formações, encontros e seminários acontece historicamente na



Rede ECPAT Brasil, porque tem sido muito difícil algum financiador apoiar um encontro da rede isolado de outras atividades. Historicamente essa prática tem acontecido na Rede ECPAT Brasil e quem acompanha tem esse conhecimento. Esse processo não é regimentado, porém todos os presentes sabem que essas oficinas de formações realizadas tem uma perspectiva de fortalecimento da Rede ECPAT Brasil. Embora não sendo um processo regimentado era esperado naquela formação que os representantes da Rede ECPAT pudessem acompanhar todos os processos. Porque quando as instituições fazem esse esforço, elas fazem na perspectiva de se encontrar, discutir, se fortalecer. As decisões nem sempre podem esperar para serem decididas em uma assembleia. No momento da formação todas entidades estavam reunidas e todas as entidades receberam o convite, essa estratégia era uma estratégia histórica, pode ter acontecido um equívoco, mas entendemos que aquele momento era legítimo para tomar essa decisão. É importante na próxima assembleia geral que possamos pautar os fluxos e os processos de decisão.

Outros questionamentos:

Que o resultado seja divulgado. Para que os integrantes da Rede tenha conhecimento de quem são essas pessoas e instituições que estão representando a ECPAT Brasil em Cabo Verde. Apenas a título de conhecimento.

Foi levantada também a possibilidade de pensar o desafio que é equalizar esses processos democráticos participativos com certa necessidade de eficiência na gestão da Rede ECPAT, considerando a representatividade da Coordenação Colegiada da Rede e suas especificidades. É preciso ter mais cuidado em operacionalizar os processos junto ao financiador e os parceiros envolvidos do que problematizá-los. Focar na prestação de contas. Os processos são diferenciados, mas é preciso saber valorizá-los. A rede não pode perder de vista que tem necessidades operacionais, de gestão que são complexas. Se for pra pensar em mecanismos participativos tem que contemplar isso também.

Maria America Diniz Reis integrante da Coordenação da Rede ECPAT Brasil enfatizou que a Rede precisa ter visibilidade a nível da Rede ECPAT internacional como uma agência que presta também serviços, e não só recebedora de recurso. Ressaltou que os termos de referência para os consultores que se candidataram, e que foram aprovados, já estão sendo elaborados, e que o número de inscritos foi reduzido; a concorrência maior foi para facilitador, mesmo sendo também um número pequeno. E muitos desses facilitadores queriam imprimir a sua proposta



metodológica e não a proposta já desenvolvida e aprovada. Os termos de referência tem que ser finalizados para as pessoas assinarem, a fim de dar continuidade ao processo. A proposta metodológica está em uma planilha muito bem elaborada conforme sugere a prestação de contas do doador.

Amanda Ferreira integrante da Coordenação Colegiada da Rede ECPAT Brasil reiterou que é preciso pensar com urgência qual é a autonomia que a Coordenação Colegiada tem em termos de manter a articulação para a captação de recursos. Alguns financiadores exigem rapidez para apresentação de propostas e início das atividades. A Rede ECPAT Brasil assim como as instituições para sobreviver precisam angariar recursos ou perdem oportunidades. É preciso definir qual o pleito ou ferramenta legítima para desenhar essa autonomia, se na assembleia ou no regimento. Portanto, vamos definir este ponto de questionamento da autonomia da Coordenação Colegiada